

Comunicação para o X Colóquio Ibérico
realizado na Universidade de Évora de 22 a 24 de
Setembro de 2005.

AGRICULTORES QUE RESISTEM A URBANIZAÇÃO – AS TERRAS DA COSTA



Autores
Miguel Lourenço e Raul Varela
(Alunos de Geografia em Estágio Pedagógico)

Setembro 2005



Introdução

A questão fundamental da nossa comunicação é o conflito que se estabelece entre instituições e indivíduos na apropriação de um lugar. Quatro actores, perante o mesmo lugar, tem lógicas de ocupação e uso muito diferenciado. Perceber os interesses e a legitimidade de cada um deles abre a discussão que queremos desenvolver.

O lugar onde esta prática agrícola se realiza tem a designação de Terras da Costa. Este lugar pertence à freguesia da Costa da Caparica integrada no Concelho de Almada, distrito de Setúbal. A variante agrícola em estudo é a horticultura, praticada em solos sujeitos a elevadíssima pressão urbana.

Os conteúdos da investigação que temos desenvolvido¹ prendem-se com factores que poderão contribuir para a actual ocupação e utilização do lugar das Terras da Costa. O centro da nossa pesquisa diz respeito à rentabilidade ou não da actividade hortícola realizada numa área de 200hectares em plena planície litoral; o sentimento de pertença da comunidade agrícola actual a um lugar, onde gerações sucessivas de agricultores deixaram um legado de práticas agrícolas e modos de vida rurais e que por via disso geram uma posição implícita de coesão social avessa à mudança. Os vários agentes presentes neste território têm estratégias completamente diferentes e até antagónicas. A dinâmica urbana (urbanização) neste lugar é enorme pois ele está inserido numa área onde a competição pelo espaço é muito grande, onde instituições, operadores turísticos e empresas da construção fazem sentir o peso da sua influência criando uma pressão fortíssima. Esta situação gera relações de conflito entre as partes envolvidas. Por último, a protecção legislativa que o lugar tem por estar integrado em área de paisagem protegida, classificado como REN e RAN, contribui para a continuidade da actividade hortícola e da respectiva comunidade. O urbano e o rural estão em conflito mas também o ambiente e a paisagem. **Coloca-se a questão:** Que futuro para as Terras da Costa?

¹ No âmbito do Seminário (FLUL, de Geografia, Ensino, 4º ano) leccionado pela Prof. Doutora Isabel André.



1. Enquadramento Geral

Após o 25 de Abril de 1974, que marca o fim de um período de regime ditatorial de mais de 50 anos em Portugal, inicia-se o regime democrático e com ele um conjunto enorme de alterações na sociedade, nas suas actividades e fundamentalmente no seu tecido empresarial. Abandona-se o Portugal agrícola e prepara-se o Portugal dos serviços e do turismo, que começa a consolidar-se nas políticas nacionais dos jovens governos democráticos. A nova classe empresarial que assume o rosto dessa mudança, investe fortemente em regiões de cariz turístico como o Algarve, Península de Tróia, Costa da Caparica, Ilha da Madeira e outras no espaço nacional.

Neste cenário de profundas modificações nas actividades económicas, surgem os conflitos pelas novas ocupações e usos dos solos, especialmente junto às áreas do litoral que começaram a sofrer uma fortíssima urbanização e crescimento populacional. O lugar das Terras da Costa é um lugar que nos finais dos anos 70 e inícios de 80, começa a sentir esses efeitos. A sua permanência como lugar de habitação de uma comunidade de agricultores e da actividade hortícola no início do 3º milénio numa área urbana como a Costa da Caparica, em que todo o seu processo de desenvolvimento está apoiado na actividade turística e balnear, despertaram o interesse para a investigação que nos propusemos fazer para o trabalho de Seminário realizado no ano de 2004/2005.

Informações recolhidas em sites e outras disponibilizadas pela autarquia sob a forma de boletins informativos e o trabalho de campo realizado através de entrevistas aos agricultores, técnico do Instituto de Conservação da Natureza, revelaram um quadro de relações de conflito entre diferentes actores sociais com diferentes interesses na ocupação e usos para este lugar.



A importância do lugar: – As Terras da Costa

Parece-nos importante introduzir os conceitos de lugar que D. Massey faz transparecer na sua obra² e que são fundamentais para percebermos o “core” desta comunicação. Segundo a autora, o lugar pode ser considerado como sendo o conjunto da estrutura social e da acção humana, centros de consciência colectiva ou ainda expressões do interesse (ou do conflito de interesses) social e político.

Referências ainda para Nova Geografia Regional, que utiliza a escala local nos seus estudos de análise e, que revela dados que não são perceptíveis à escala da região. Foi precisamente à escala local que a investigação efectuada sobre o tema apresentado nesta comunicação, mostrou como o mesmo lugar pode exercer diferentes funções.

O lugar das terras da costa é de ocupação agrícola dividido em talhões onde estão implantadas habitações. O regime de ocupação das mesmas é diferenciado podendo ir do permanente, temporário ou ainda pelo envelhecimento da sua população e pela perda de importância e rentabilidade da actividade agrícola associado à falta de apoio do Estado e os fundos comunitários serem uma miragem ao fundo do túnel, de abandono. A actividade predominante é a agrícola cuja produção esta virada para os produtos hortícolas.

Para além desta descrição acerca do lugar está todo um processo de construção social do mesmo, realizado por uma comunidade agrícola que no tempo foi configurando a sua matriz rural, agrícola e cultural com os diversos contributos das gentes que iam chegando de diferentes partes do país, Ílhavo, Aveiro, Algarve.

Mas a manutenção deste espaço ou de outros idênticos, mostra-se difícil de conseguir, pois como afirma Filipa Lourenço “*As várias representações da ruralidade e usos que são feitos da natureza encontram-se, muitas das vezes, sujeitos a competições e relações de concorrência decorrentes de diferentes percepções e preferências culturalmente marcadas*”³

² Massey, D. (1984) – Spatial divisions of labours; social structures and geography of production, Macmillan, Londres

³ 1 Congresso de estudos rurais, in Filipa M.D. Lourenço

2. O efeito social de resistência da comunidade agrícola à pressão urbana .⁴

O esquema da fig 1 mostra o quadro de relações existentes entre os diferentes actores que no estudo apareceram com maior visibilidade. Existem dois tipos de relações. Entre actores e destes sobre o lugar. As primeiras são de conflito. As segundas, quanto ao modo do uso e da ocupação que cada um deles dava. Diferentes actores diferentes usos.

A Comunidade de agricultores luta pela continuidade da sua permanência no lugar e pela manutenção da actividade agrícola. A presença no lugar remonta há cerca de centena e meia de anos. A história surge como um factor cultural e social de enorme peso para os agricultores, bem como a identidade associada ao percurso de vida, nascimento, trabalho, casamento e morte, que nela faz toda uma geração de pessoas. Este modo de vida enraíza fortes sentimentos de pertença.

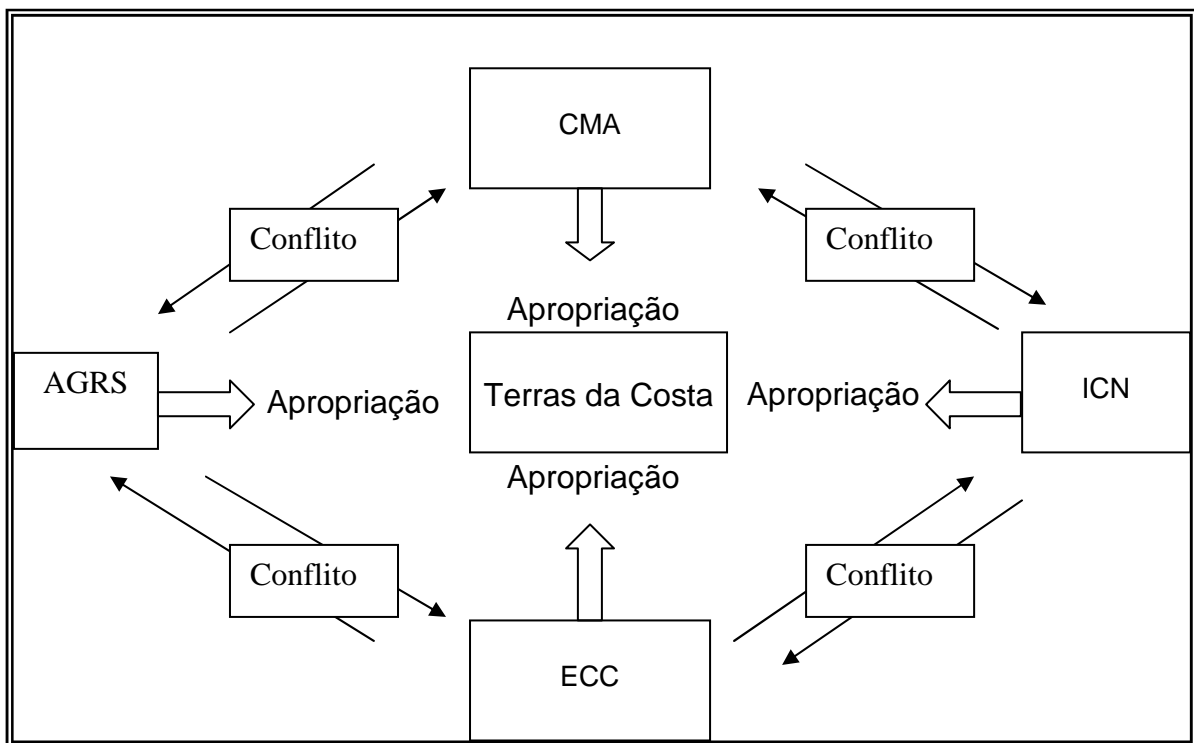


Fig 1 – Sistema de relações entre os diferentes Actores e o Lugar

⁴ CMA (Câmara Municipal de Almada), ICN (Instituto de Conservação da Natureza); ECC (Empresas de Construção Civil); AGRS (Agricultores)



Estes argumentos têm estado na linha da frente do combate à saída desta comunidade e respectiva actividade do lugar das terras da costa. Esta comunidade tem o apoio parcial do Instituto da Conservação da Natureza, que prefere que se mantenha a situação actual, apesar de alguns inconvenientes para o Ambiente, designadamente ao nível das águas subterrâneas, devido à presença em excesso de elementos químicos provenientes de fungicidas, insecticidas, lançados pelos agricultores para o combate a pragas e doença das suas culturas. Apesar de tudo é um mal menor suportado pelo ICN. Este Instituto tem procurado através de propostas alterar o actual estatuto de área protegida para Parque Natural, pois impediria de vez qualquer tipo de intervenção urbana e o tipo de agricultura teria de ser biológica. Contudo, têm sido infrutíferas todas as tentativas para a alteração de Estatuto. O interesse nesta alteração está no facto de se querer salvaguardar uma paisagem de enorme valor natural e patrimonial. Este mesmo Instituto, por outro lado, contesta fortemente a maioria das intervenções que a Câmara Municipal de Almada quer fazer ao nível das acessibilidades. Argumentando que existem interesses de outros agentes, designadamente operadores imobiliários e empresas de construção civil, que viam com bons olhos, o aparecimento junta a essa mesma estrada de áreas a lotear. Esta situação seria extremamente proveitosa para estes actores mas nefasta para a comunidade que perderia parte dos seus terrenos e para a paisagem que se iria deteriorando, acelerando em muito o seu processo de erosão.

A Câmara municipal de Almada é um dos actores sociais que procura há algumas dezenas de anos, nomeadamente depois do 25 de Abril de 1974, alterar em parte, numa área designada de canal prevista no PDM para construção de uma via, a ocupação e uso do solo que actualmente tem as Terras da Costa. Os seus projectos de intervenção urbana na área das acessibilidades têm tido pareceres negativos por parte do Instituto da Conservação da Natureza, desde a criação sob proposta sua da Área Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica onde estão incluídas as Terras da Costa.

A edilidade, têm toda a legitimidade de avançar com o processo de desenvolvimento para toda a área urbana, pois reconhece-se de maneira geral que há necessidade de repor alguma ordem no ordenamento do território de que foi alvo toda a Cidade da Costa da Caparica nos finais dos anos 70.

A Câmara tem agora no programa Costapolis, em parceria com o Ministério do Ambiente, o instrumento privilegiado para procurar intervir de modo integrado e sustentável nesta área tão sensível e onde tem encontrado forte resistência.



Existe um projecto para intervenção em toda área urbana da Costa da Caparica, mas que já têm por parte de moradores forte contestação. O plano de pormenor para as Terras da Costa ainda não foi adjudicado. Espera-se em concreto conhecer de que modo e qual a natureza da intervenção. Os agricultores prometem contestação e o ICN propõe-se estar na vanguarda da defesa dos valores ambientais e paisagísticos. O quadro de relações, como mostra a fig 1, mostra-se inalterável num lugar fortemente disputado e competitivo.

Desta comunicação saem duas linhas de investigação. Na primeira, o debate sobre o rural e o urbano, tem aqui uma área de trabalho cheia de possibilidades e está na vanguarda dos temas de estudo da Geografia. A segunda do ponto de vista da paisagem. Neste estudo a paisagem surge com dupla função: a de protecção e a de protegida.